



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTE DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO, E JUSTIÇA - SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO - VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA DE MANEIRA HÍBRIDA, NO DIA OITO MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. (08-05-2023).

Ao oitavo dia do mês de maio de dois mil e vinte três, segunda-feira, às nove horas e treze minutos, foi realizada a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças, Legislação e Justiça; (Presidente: Manoel Douglas; Vice-presidente: Ricardo Miranda; Vogal: José Sales) de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: José Antunes; Vice-presidente: Pedro Ulisses; Vogal: Ricardo Miranda); de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Marcelo Macedo; Vice-presidente: Manoel Douglas; Vogal: Adimar Cota; para discutirem sobre o acesso às informações sobre o projeto da obra da nova instalação da agência do Banco Itaú localizada na Praça Gomes Freire, em relação às questões de acessibilidade, para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. **Participaram da reunião:** Os Vereadores: Manoel Douglas, Ricardo Miranda, José Sales, José Antunes, Adimar Cota, Marcelo Macedo, Ronaldo Bento. **Registraram Presença:** Dr. Corjesus; Edivaldo Andrade - Secretário de Governo; Aparecida Tavares - Assistente social da ADEM; Lydiane Menezes R. Martins - Arquiteta; Neuzeth Silva - 2ª Secretária da ADEM; Maria Marta Guido de Lima - Secretária Municipal de Segurança Pública; Eliabe de Freitas Pereira - Chefe DEMUTRAN; Edvânia - Conselho Fiscal da ADEM; Cilma Vilas Boas - Presidente da ADEM (Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana); Deivid Brandão - Engenheiro Civil e Analista de Projetos; Isabel Nicolielo - Arquiteta e Urbanista; Camila Moreira - Arquiteta; Cássio Sales - IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); Ademilton Marinho Filho - IPHAN. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental” O Vereador Manoel Douglas, iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, e consultou os presentes sobre a leitura da ATA da última reunião. A leitura foi dispensada, e a ATA foi aprovada sem ressalvas. Seguindo colocou os projetos para emissão de pareceres, **Projeto de Lei nº 60/2023** de autoria do vereador Gilberto Mateus que dispõe sobre a proposta de criação do táxi por aplicativo em atividade na cidade de Mariana e dá outras providências. disse que pelo fato da ausência do vereador autor do projeto e ausência dos taxistas, pediu que fosse agendada uma reunião com os taxistas, sindicato, Demutran e a procuradoria do município para que seja discutido sobre o projeto de lei 60/2023, em seguida retirou o projeto de pauta. **Projeto de Lei nº 61/2023** de autoria do Vereador Fernando Sampaio e Pedro Ulisses que altera o **artigo 12 da lei n.º 189/2014** que dispõe sobre o plano de carreira do pessoal do magistério da secretaria escolar e da inspeção de alunos, do pessoal de monitoria de creche e de monitoria do ensino especial da secretaria de educação do município de Mariana e dá outras providências e o **artigo 56 da lei complementar nº194/2019** que dispõe sobre o estatuto e plano de cargos e vencimentos dos profissionais



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

da educação do município de Mariana e dá outras providências, em seguida retirou o projeto de pauta devido à ausência dos autores do projeto e para que fosse melhor discutido posteriormente. O Vereador Manoel Douglas pediu que seja convocado para a próxima reunião, o sindicato dos servidores, Secretaria de educação, técnicos de educação e os vereadores autores do projeto para que seja discutido o **projeto de lei 61/2023**. Em seguida falou sobre a emenda aditiva nº **05/2023** de autoria do vereador Ronaldo Bento ao **projeto de lei nº 56/2023** de autoria de todos os vereadores, que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição para os servidores públicos municipais do poder público legislativo, executivo e autarquias do município de Mariana em eventos esportivos realizados no âmbito do município de Mariana, a emenda estaria com o parecer favorável do jurídico, passou a palavra para o autor da emenda aditiva o vereador Ronaldo Bento, que cumprimentou a todos os presentes e disse que teria feito a emenda pensando nos servidores contratados e nomeados que não estariam sendo resguardados pela lei em discussão, para que engloba as categorias citadas e que possam fazer jus da isenção, dessa forma cumprindo o dever de isonomia e constitucionalidade dessa Casa de leis e pediu apoio aos demais vereadores para que se inclua essas duas outras categorias por equiparação. O Presidente passou a palavra para que o Vereador Ricardo Miranda manifestasse sobre o projeto e seu voto. O vereador Ricardo Miranda cumprimentou a todos os presentes, e parabenizou o Vereador Ronaldo Bento pela iniciativa, visto a importância de abranger todos que façam parte do corpo do município para que possam ter o direito e a praticidade esportiva, em seguida manifestou seu voto favorável. Pela ordem, o Vereador José Sales votou favorável. O Vereador Manoel Douglas também votou favorável pela Comissão de Finanças e parabenizou o vereador Ronaldo Bento pelo projeto. Passou a palavra para o representante da Comissão de Saúde, Vereador José Antunes que deu seu voto favorável. O Vereador Pedro Ulisses entrou na reunião e perguntou qual projeto estaria sendo votado, ao que o Presidente disse ser o **projeto de lei 61/2023**. O Vereador Pedro Ulisses deu seu voto favorável. Pela Comissão de Obras, o vereador Marcelo Macedo deu voto favorável. O vereador Adimar Cota deu voto favorável segundo os pareceres. O Presidente disse que a emenda aditiva nº **05/2023** estaria liberada para a pauta das dezesseis horas. Passou a palavra a Sra. Aparecida representante da ADEM, que cumprimentou a todos e disse que a função da ADEM seria lutar por políticas públicas para as pessoas com deficiência, e que uma das maiores lutas seria a acessibilidade. Disse que observou que ao entorno da nova sede do Banco Itaú não teria acessibilidade para que as pessoas com deficiência chegassem ao mesmo e que teria encaminhado o ofício para que tivesse o apoio dos órgãos responsáveis para criar essa acessibilidade, e pediu que a Sra. Edvânia foi ouvida. O Presidente passou a palavra para a Sra. Edvânia, que cumprimentou a todos e disse não ter acessibilidade por não ter as duas pernas, disse que muitas vezes realiza serviço de banco no caixa eletrônico que teria do prédio da prefeitura por ter mais acessibilidade, pois na atual agência do banco teria uma rampa de entrada que muitas vezes fica obstruída por carros que ficam estacionados na frente, mas se preocupa com a mudança da agência do banco Itaú para a Praça Gomes Freire por ser um local de difícil acesso, e pediu ajuda do poder público para ajudar com a questão de acessibilidade ao entorno do local onde será a agência do Itaú, pois muitas



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

coisas não dariam para ser feita remotamente, como, por exemplo, a prova de vida. O Presidente passou a palavra para a Sra. Isabel que disse querer esclarecer os fatos. Disse que a informação que teria chegado a ela foi que o Itaú não teria acessibilidade, porém foi esclarecido que teria acessibilidade, e que uma das portas que daria acesso ao banco estaria nivelada com a calçada e teria elevador para o segundo pavimento do banco. Disse não ter acessibilidade da rua para calçada, mas ressaltou que houve uma proposta da prefeitura de que a calçada fosse alargada e fosse toda acessível. Disse que o projeto teria ido para uma audiência pública e que mesmo teria sido negado pela população. Disse ser um projeto que teria que seria feita uma grande intervenção, mas que acredita que daria para fazer um alteamento da via, que seria uma intervenção menor, mas que tornaria o acesso da praça até a calçada do Itaú acessível, e que pelo fato de ser uma intervenção menor seria passível de aprovação pela população e pelo IPHAN. Disse não ser a opção ideal, pois a calçada continuaria estreita, mas seria uma solução para facilitar a acessibilidade. O presidente disse ser uma intervenção que daria para fazer de imediato, e pediu que os representantes do IPHAN se posicionassem sobre essa intervenção. O Sr. Ademílton disse que tendo em vista a urgência de uma intervenção consideraria um prazo curto para realizar a análise do projeto. Disse que a proposta da Sra. Isabel passaria por um estudo preliminar, principalmente do sistema construtivo, e lembrou que já tiveram problema com faixa elevatória na rua Barão de Camargos e que não teve uma aprovação popular, pela forma que teria sido feita, mas que o trabalho que tem realizado com a prefeitura tem sido bem positivo, acredita que o resultado desse trabalho seja favorável para todos e principalmente para que precisa da acessibilidade todos os dias. O Presidente passou a palavra para o Vereador Marcelo Macedo, que perguntou se quando a obra do banco terminasse se a obra de acessibilidade ao entorno deste estaria pronta. A Sra. Isabel disse não saber responder, pois não estaria acompanhando a obra, mas que acha que seria uma obra rápida por se tratar somente de alteamento da via, mas que a proposta foi levantada agora é que primeiro teria que ser passado para o município para que seja realizado um estudo, e ressaltou que não saberia responder, mas que o ideal seria que a obra do banco e da parte externa terminassem juntas. O Vereador Marcelo Macedo disse que votam leis, mas que encontrariam uma situação ruim, pois abriram o banco e a parte acessibilidade externa não estaria pronta. Disse que seria uma questão que teria que ser resolvida o mais rápido possível, e que o IPHAN disse que não teria nenhuma objeção em relação a isso, e que teriam que acelerar essa questão com o município por ser o mesmo que executaria a obra, e que uma autorização de acessibilidade deveria sair o mais rapidamente possível. Ressaltou a importância da obra de acessibilidade externa estar pronta quando o banco fosse abrir. disse estar citando o banco como exemplo, mas que em qualquer outro lugar da nossa cidade deveria ser dessa forma, e que estariam fazendo leis e que as mesmas não estariam sendo cumpridas. e pediu que cada um fizesse sua parte e que o município agilizasse essa questão da acessibilidade. O presidente passou a palavra para o Sr. Eliabe que cumprimentou a todos e disse que na questão de acessibilidade da parte externa, infelizmente estariam começando um projeto pelo fim, pois a questão de acessibilidade de um empreendimento específico deveria ter sido tratada na aprovação do projeto. Disse ter uma preocupação na questão do alteamento da via, pois para que seja



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

feita o alteamento teria uma série de critérios a serem seguidos e que não seria todos os locais que comportam esse tipo de intervenção, e também a questão da drenagem da via. Disse que teriam que trabalhar juntos, secretaria de obras, banco Itaú e o Demutran e que poderiam fazer o rebaixamento da via onde está localizado o banco, mas que no segundo quarteirão seria inviável, pelo fato de a calçada ser mais alta, mas que ligar a calçada do banco até a praça Gomes Freire seria viável para ter acessibilidade. O Presidente passou a palavra para a Capitã Marta que cumprimentou a todos, e disse que deveria ter um representante do Itaú na reunião e que em nenhum momento o departamento de trânsito do município havia sido comunicado da mudança de local do banco. O Presidente passou a palavra para o Vereador Ronaldo Bento que disse ser um desrespeito com a cidade de Mariana o Itaú realizar a mudança e sequer se preocupar com a acessibilidade do lado externo do banco. Disse que essa Casa de leis deveria aplicá-las no princípio da isonomia, pois ao se tratar de um cidadão comum se o mesmo fizer qualquer coisa que não esteja de acordo com as conformidades, seja ela do município ou do IPHAN, o cidadão tem a obra embargada, mas quando se trata de grandes instituições teria uma parcialidade e as leis não são aplicadas como em cidadão comuns. Disse que a lei tem que ser cumprida por todos, e que se necessário fosse, deveriam fechar a instituição do banco Itaú ou qualquer órgão público que seja, que não esteja dentro do processo legal. O Presidente parabenizou ao Vereador Ronaldo Bento pelas considerações e ressaltou a importância do cumprimento da lei por todos. disse que seria importante entender o procedimento para que pudessem fazer uma cobrança. Perguntou como foi a liberação do projeto e qual teria sido a responsabilidade do município para que pudesse cobrar a fiscalização. A Sra. Isabel ressaltou que não houve nenhum tipo de favorecimento ao Itaú, e que o projeto do banco passou por todo processo como qualquer outro projeto. Disse que o Itaú não teve acréscimo de área construída e que teve que fazer somente intervenções internas, e que antes desse projeto o Itaú já teria recebido um alvará de regularização, e estaria tudo dentro da conformidade com a prefeitura. Disse que como a intervenção foi interna e a análise com a prefeitura teria sido simples, mas com o IPHAN teve que ser realizada várias revisões por faltar informações. Disse que independente de quem for, a pessoa seria responsável pela parte interna, e não teria responsabilidade no espaço urbano sendo de responsabilidade do município. O Presidente disse que em nenhum momento disse que o banco foi favorecido. Disse que quando funciona uma nova instalação pública, teria que ser feita uma análise do entorno, que teria que ter acessibilidade, dessa forma deveria estar condicionado na liberação do projeto. Pela ordem o Vereador Ronaldo Bento disse que sua fala anterior foi no intuito de que não ocorra esse tipo de situação, e que as leis teriam que funcionar para todos, que esse seria seu entendimento. O Presidente perguntou se ao tratar de uma instituição pública não deveria realizar um estudo externo para que haja acessibilidade. A Sra. Isabel disse não ser obrigatória uma instituição pública ser responsável pela parte externa e a acessibilidade fora da mesma, disse que em alguns casos de grandes empreendimentos a prefeitura pede um estudo do impacto de vizinhança e que o próprio requerente apresentaria esse estudo e a comissão de gestão territorial definiria o que o mesmo deveria fazer diante desse impacto. Disse que o Itaú deveria ter a aprovação do Demutran para garantir a vaga na frente do banco. O Presidente passou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

palavra para a Capitã Marta que esclareceu que não seria o Demutran que teria que procurar o Itaú para que seja feita a adequação, e que o banco quem deveria tomar as providências, pois o mesmo alteraria a rotina urbana e que todos os órgãos envolvidos nesse processo deveriam ser consultados antes do projeto começar a ser executado. Disse que o empreendedor que teria que se adequar às normas do município. O Presidente passou a palavra para o Sr. Deivid, que disse se tratar de uma reforma simplificada sem acréscimo de área construída, não necessitando de um alvará de construção e sim de uma licença simplificada. Disse que como projetista mediante a prefeitura, poderia realizar uma proposta de intervenção com parceria com o IPHAN para definir qual material seria utilizado por se tratar do centro histórico. O Vereador Ricardo Miranda cumprimentou a todos e disse que teriam que buscar alternativas para que as instituições públicas ou privadas elas se adequam na questão de acessibilidade. disse saber das dificuldades de realizar intervenções na cidade por se tratar de uma cidade histórica, disse se entristecer que as coisas na cidade acontecem “do telhado para a base”, e não o contrário, e que mais uma vez essa situação acontece no município. Disse que estariam falando da acessibilidade, mas que o município não pratica e citou o exemplo das escolas que não teriam acessibilidade. E que mudanças teriam que ser feitas começando pelo município para que o mesmo possa cobrar das entidades privadas. Pela ordem o Vereador José Antunes disse concordar com a fala do Vereador Ricardo Miranda. e que temos que agir dentro das conformidades para poder cobrar os demais. O Presidente passou a palavra para a Sra. Aparecida que disse concordar com a fala da Capitã Marta e que teria que olhar a questão de segurança pública e a questão do trânsito, e que o Itaú tem um número significativo de pessoas, o que atrapalha o fluxo de todo o entorno. Disse que deveriam colocar novamente em discussão o projeto de acessibilidade em audiência pública. disse que teriam que ter uma visão mais social nesta questão de acessibilidade. A Sra. Gilma disse que deveriam se preocupar mais com essa questão de acessibilidade na cidade, pois se fossem até o centro veriam que se uma pessoa, com dificuldade de locomoção não teria condições de se locomover sem ajuda. Ressaltou a importância de padronizar a calçada e que se a prefeitura criasse um padrão, para que o proprietário junto com o órgão responsável, quando fosse realizar qualquer intervenção na calçada fosse pensado na acessibilidade, e que com ações simples poderiam tornar o centro da cidade mais acessível para pessoas com dificuldade de locomoção. O Presidente passou a palavra para a Capitã Marta que ressaltou que cada área terias suas responsabilidades, mas que em qualquer tipo de modificação tem que pensar em todos os detalhes, exemplificou que teriam que realizar mudanças na sinalização de trânsito, por não ter estacionamento que possibilite o uso de pessoas com deficiência, e nem para idosos. Disse que houve uma falha da instituição, pois a mesma deveria ter consultado o Demutran e a secretaria de segurança pública para analisarem quais as medidas deveriam ser realizadas no entorno da nova instalação do banco. O Presidente concordou com a fala da Capitã Marta e disse que essa questão deveria ser condicionada à liberação do alvará de funcionamento. A Sra. Isabel disse que o Itaú ainda precisaria do alvará de habite-se, e que quando solicitarem o mesmo, poderiam mandar para o Demutran para que façam as considerações antes de emitirem o habite-se, e que antes de começarem a funcionar deveria ser resolvida pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

menos a questão das vagas. mostrou o Projeto do Itaú e explicou o acesso de acessibilidade da calçada com a porta do banco. O Presidente perguntou quanto tempo levaria para apresentar a solução junto com o IPHAN para resolver a acessibilidade na área externa do banco. O Sr. Deivid disse que em relação ao projeto base conseguiria apresentar ao IPHAN em dez dias e teriam diálogos até a possível aprovação. O presidente disse que esse seria o tempo da secretaria de obras e perguntou qual o tempo que o IPHAN precisa para fazer a aprovação. O Sr. Ademílton disse que pela urgência da questão daria um prazo de dez dias e que tem projetos que conseguem dar o prazo de até cinco dias. Fez uma ressalva sobre a fala do Vereador Ronaldo Bento e disse que independente de ser pessoa física ou jurídica o IPHAN trataria da mesma forma, visto que o intuito deste, seria a preservação do centro histórico e dos patrimônios tombados nos distritos. O Sr. Deivid disse que o projeto seria elaborado em parceria com o Demutran, e que pediria a Sr. Cristiane que é engenheira de trânsito para que ela ajude na elaboração do projeto. O Presidente perguntou se a secretaria de obras e o IPHAN conseguiriam apresentar uma solução em uma reunião daqui a duas semanas, ambos responderam que o projeto, sim, mas a aprovação do mesmo não teria como responder. O Vereador Marcelo Macedo pediu que fosse deliberado pela comissão em ofício para o município, todas as tratativas do projeto do banco Itaú. Disse que a secretaria de obras fez o projeto, mas que o mesmo ficou só na secretaria de obras, porém deveria ter compartilhado com outras secretarias que teriam que se envolver no projeto. Ressaltou a importância de haver comunicação entre as secretarias, pois se tivesse não precisaria ficar fazendo reuniões como esta, evitaria muitos problemas. O Presidente Manoel Douglas reiterou o pedido anterior do Vereador Marcelo Macedo sobre as tratativas do projeto diante de duas semanas, e pediu que enviasse um ofício para convidar a ADEM, secretaria de obras, IPHAN, Demutran e representante do banco Itaú para a reunião de apresentação do projeto de acessibilidade ao entorno do banco, na Praça Gomes Freire. A Sra. Aparecida disse que concorda com a fala da Capitã Marta e que acha que o Itaú também teria que ter esse olhar social e se preocupar com o acesso dos clientes ao entorno do banco. Disse que o ESG (*Environmental, Social and Governance*/sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa) que seria o social, o econômico e o ambiental das cidades inteligentes que tem que estar dentro da agenda de dois mil e trinta, teria várias questões e a acessibilidade seria um dos termos da agenda, e cidade inteligente seria a que proporciona qualidade de vida para o seu cidadão. O Presidente se colocou à disposição nesta Casa para discutir um assunto de grande relevância que seria a acessibilidade. Disse que teriam criado uma comissão junto com o Vereador Fernando Sampaio e o Vereador Marcelo Macedo, e que se dependesse deles a Câmara já estaria em um local com acessibilidade. disse que defende isso há muito tempo. Disse que teriam conseguido um local adequado na época, porém não foi acatado. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, em nome de Deus e do povo Marianense, o Vereador Manoel Douglas agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e trinta e nove minutos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada: